



CÓPIA

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

LEI Nº 1.189/2013

AUTÓGRAFO Nº 005/2013

PROJETO DE LEI Nº 005/2013

DATA 23 / 01 / 2013

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS E TOMANDO CONHECIMENTO DO PROJETO DE LEI Nº 005/2013, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL QUE, "INSTITUI A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

APROVA:

Art. 1º - Esta lei institui a nova estrutura organizacional da Procuradoria Geral do Município de Marechal Floriano:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º - A Procuradoria Geral do Município, instituição permanente e essencial ao exercício das funções administrativa e jurídica do Município, representa o mesmo judicial e extra - judicialmente e é responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º - A Procuradoria Geral do Município tem a seguinte estrutura organizacional:



CÓPIA

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

AUTÓGRAFO Nº _____ 005/2013 _____

PROJETO DE LEI Nº _____ 005/2013 _____

LEI Nº 3.189 / 2013

DATA 29 / 01 / 2013

I- DIREÇÃO SUPERIOR

1. Procurador Geral do Município (PGM)

II- GERÊNCIA

1. Subprocurador Geral para Assuntos Administrativos (SGA)
2. Subprocurador Geral para Assuntos Jurídicos (SPJ)

III – ASSESSORIA

3. Assessor Jurídico (AJ)

CAPÍTULO III

DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 4º - Ao Procurador Geral do Município, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, ocupado por Bacharel em Direito inscrito regularmente na Ordem dos Advogados do Brasil, são assegurados os mesmos vencimentos, garantias e prerrogativas de Secretário de Município.

Art. 5º - São atribuições, responsabilidades e prerrogativas do Procurador Geral do Município:

I - aquelas genericamente conferidas aos Secretários de Município;

II - exercer a direção superior da Procuradoria Geral do Município, dirigindo e coordenando suas atividades e orientando-lhe a atuação;



CÓPIA

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

LEI Nº 1.189 / 2013

AUTÓGRAFO Nº 005/2013

PROJETO DE LEI Nº 005/2013

DATA 23 / 01 / 2013

- III - receber citações e notificações referentes a quaisquer ações ou processos ajuizados contra o Município ou nos quais for este chamado a intervir;
- IV - indicar ao Prefeito Municipal o nome de pessoa para o exercício dos cargos de provimento em comissão de Subprocuradores Gerais do Município;
- V - aprovar pareceres emitidos pelos Subprocuradores Gerais do Município;
- VI - delegar atribuições aos Subprocuradores Gerais, quando a descentralização contribuir para a maior eficiência do serviço.
- VII – exercer a defesa em Juízo, ou fora dele dos direitos e interesses do Município;
- VIII – A elaboração de Pareceres sobre consultas formuladas pelo Prefeito e pelos demais órgãos da Administração Municipal;
- IX – A redação de minutas de contratos, convênios, ajustes e outros atos de natureza jurídica;
- X – A promoção de cobrança judicial da Dívida Ativa e outras rendas que, por Lei, devam ser exigidas judicialmente dos contribuintes;
- XI – A assessoria ao Prefeito no estudo, interpretação, encaminhamento e solução das questões jurídicas administrativas, políticas e legislativas;
- XII – A seleção de informações sobre leis, projetos legislativos federais e estaduais;



CÓPIA

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

LEI Nº 5.189/2013

AUTÓGRAFO Nº 005/2013

PROJETO DE LEI Nº 005/2013

DATA 23 / 01 / 2013

XIII – A análise e redação de projetos de lei, decretos, regulamentos e outros documentos de natureza jurídica;

XIV – Delegar todo e qualquer serviço inerente a Procuradoria Municipal e outras atividades correlatas aos Subprocuradores Gerais e Assessores Jurídicos;

CAPÍTULO IV

DOS SUBPROCURADORES GERAIS

Art. 6º- Ao Subprocurador Geral para Assuntos Jurídicos, cargo de Provimento em Comissão de Referência CC-1, ocupado por Bacharel em Direito inscrito regularmente na Ordem dos Advogados do Brasil, compete:

I - auxiliar o Procurador Geral do Município no exercício de suas atribuições, relacionadas com a área jurídica;

II – controlar as ações em que o Município for parte, elaborando estatística mensal dos trabalhos da Procuradoria Geral do Município em matéria judicial;

III – substituir o Procurador Geral do Município, automaticamente, em suas faltas ou impedimentos e sucedê-lo em caso de vacância do cargo, até a nomeação de novo titular pelo Prefeito do Município;

IV – desempenhar outras atividades correlatas ou que lhe vem a ser atribuídas ou delegadas.



CÓPIA

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

LEI Nº 4.189 / 2013

AUTÓGRAFO Nº 005/2013

PROJETO DE LEI Nº 005/2013

DATA 23 / 01 / 2013

Art. 7º – Ao Subprocurador Geral Administrativo, cargo de Provimento em Comissão de Referência CC-1, ocupado por Bacharel em Direito inscrito regularmente na Ordem dos Advogados do Brasil, compete:

- I - auxiliar o Procurador Geral do Município no exercício de suas atribuições relacionadas com a área administrativa;
- II - gerenciar a execução das atividades de administração geral da Procuradoria Geral do Município;
- III - resolver as questões administrativas relativas ao apoio operacional das atividades desenvolvidas pelos Procuradores do Município;
- IV - coordenar o planejamento e a execução de programas, projetos e atividades que lhe forem delegados pelo Procurador Geral do Município;
- V - supervisionar a elaboração da proposta orçamentária da Procuradoria Geral do Município;
- VI - substituir o Procurador Geral do Município nas ausências e impedimentos do Subprocurador Geral para Assuntos Jurídicos;
- VII - desempenhar outras atividades correlatas ou que lhe vem a ser atribuídas ou delegadas.

CAPÍTULO V DOS ASSESSORES JURÍDICOS

Rua Clara Endlich, nº. 97, Centro – Marechal Floriano /ES Tel: (27) 3288-1250



CÓPIA

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

LEI Nº 4489 / 2013

AUTÓGRAFO Nº 005/2013

PROJETO DE LEI Nº 005/2013

DATA 23 / 01 / 2013

Art. 8º - A Assessoria Jurídica é um apêndice da Procuradoria Geral do Município, a quem fica subordinada, será ocupada por Bacharel em Direito inscrito regularmente na Ordem dos Advogados do Brasil, tendo como âmbito de ação o assessoramento jurídico administrativo, legislativo e judicial, especificamente:

- I - O acompanhamento de processos administrativos, legislativos e judiciais;
- II - A elaboração de minutas de defesa e/ou ações, sob a orientação da procuradoria;
- III - Oferecer, mensalmente, relatório do andamento dos processos, quer administrativos ou judiciais;
- IV - Promover o atendimento às autarquias e fundações municipais;
- V - Dar sustentação em procedimentos técnico-jurídicos em todas as áreas de administração municipal;
- VI - A elaboração de parecer jurídico em processos administrativos, quando encaminhados pelo Procurador Geral do Município;
- VII - A execução de outras atividades correlatas, determinadas pelo Procurador Geral do Município.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Rua Clara Endlich, nº. 97, Centro – Marechal Floriano /ES Tel: (27) 3288-1250



CÓPIA

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

LEI Nº 4.189 / 2013

AUTÓGRAFO Nº _____ 005/2013 _____

PROJETO DE LEI Nº _____ 005/2013 _____

DATA 23 / 01 / 2013

Art. 9º - A nomenclatura, quantitativo, referência, carga horária e o vencimento base dos cargos que compõem a Procuradoria Geral do Município, estão devidamente descritas no anexo I, desta lei.

Art. 10 - Ficam revogados os artigos 13 a 16, art. 122, *inciso I, alínea "a", referencia CC-2, quantitativo 03, a que se refere a lotação da Procuradoria geral do Município,* correspondente a Lei Municipal nº. 565 de 07 de novembro de 2005 e a revogação total da lei Municipal nº. 889, de 02 de abril de 2009.

Art. 11 - As despesas decorrentes desta Lei correrão a cargo das dotações orçamentárias do orçamento corrente do Município.

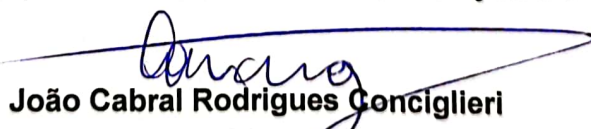
Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 02/01/2013.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Câmara Municipal de Marechal Floriano, 23 de janeiro de 2013.


João Cabral Rodrigues Conciglieri
Presidente


Cezar Tadeu Ronchi Junior
Vice Presidente


José Rodolfo Krohling
Secretário

Projeto de Lei Nº 005/2013 - Autor: Prefeito Antonio Lidiney Gobbi

Rua Clara Endlich, nº. 97, Centro – Marechal Floriano /ES Tel: (27) 3288-1250



CÓPIA

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

LEI Nº 8183/2013AUTÓGRAFO Nº 005/2013PROJETO DE LEI Nº 005/2013DATA 23 / 01 / 2013

ANEXO I – A que se refere o art. 9º, desta lei.

NOMENCLATURA	QUANTITATIVO	REFERENCIA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO BASE
PROCURADOR GERAL	01		20	R\$ 4.450,00
SUBPROCURADORES GERAIS	02	CC-1	20	R\$ 3.450,00
ASSESSORES JURÍDICOS	03	CC-2	20	R\$ 1.650,00